

Exm.^a Senhora Dra. Celeste Hagatong,

Exm.^o Senhor, e Caro Amigo, Dr. Filipe Cartaxo,

Exm.^o Senhor Dr. Nuno Ascenso Pires,

Exm.^a Senhora Dra. Cristina Pedra,

Demais Ilustres conferencistas,

Minhas senhoras e meus senhores,

Neste mês de junho assinalou-se o 31.^o aniversário da assinatura do tratado de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, um marco muito importante para o nosso país.

Curiosamente, é novamente em junho – 31 anos depois da nossa adesão –, que é conhecido o desfecho de um dos maiores testes a toda a arquitetura europeia: o referendo no Reino Unido, que terá lugar na próxima 5.^a feira.

Este é, pois, o momento certo para refletirmos sobre o passado e perspetivar o nosso futuro no projeto Europeu, já que é também disso que estamos a falar quando abordamos o papel do BEI e o Plano Juncker.

Ao longo dos anos de contacto com as matérias da União Europeia, a ideia geral que fui formando das suas instituições – e sobretudo dos serviços da Comissão – é de que estão cada vez mais fechadas em si mesmas, num emaranhado de burocracia sem fim, que dificulta a mais simples das ações.

E apesar dos anúncios e das tentativas que vão sendo feitas no sentido da simplificação e do pragmatismo, a verdade é que na prática vamos-nos deparando com o contrário.

A este problema acresce o maior deles todos, que é uma certa duplicidade que está instalada no funcionamento de alguns serviços da União Europeia, que permite que assuntos idênticos sejam tratados de forma desigual, em função da nacionalidade do proponente, e quase sempre – para não dizer sempre –, em desfavor dos países periféricos.

Ora, junte-se tudo isto aos enormes desafios que temos à nossa frente e é de facto quase impossível não prevermos o pior para o futuro da União Europeia.

Felizmente, **o Banco Europeu de Investimento é uma exceção a tudo isto que acabei de referir**, onde de facto as coisas funcionam com celeridade e pragmatismo, e de forma equitativa e equilibrada.

Permitam-me realçar a excelente colaboração que sempre obtivemos do BEI, que vem desde os tempos do Dr. Filipe Cartaxo, que esteve nos primeiros empréstimos que nos foram concedidos na década de 80, e a quem a Madeira muito deve e por quem tenho o mais profundo respeito e admiração.

Desde o início das suas operações no nosso país, o BEI – em cooperação com os maiores bancos portugueses, como é o caso do BPI –, já concedeu empréstimos para projetos de investimento nas mais diversas áreas e setores, num montante superior a 40 mil milhões de euros, sendo que mais de 285 milhões de euros foram canalizados para o financiamento de projetos promovidos pelo Governo Regional da Madeira.

Numa altura em que quase tudo estava por fazer, em que faltavam quase todas as infraestruturas e serviços essenciais, o BEI assumiu uma posição de relevo no apoio, em condições muito atrativas, a projetos de investimento nos mais diversos sectores, desde os transportes, à educação e à saúde, passando pela água, pelo ambiente, pela energia, pelo desenvolvimento urbano e pela habitação.

Hoje, dispomos de uma apreciável base infraestrutural, que aproveitou os fundos europeus que a adesão de Portugal à União Europeia propiciou, e que foram complementados com os financiamentos do BEI.

Não posso deixar de referir, igualmente, o apoio fundamental do BEI no financiamento do Programa de Reconstrução da Madeira, na sequência da tragédia de Fevereiro de 2010, e que ficará para sempre na nossa memória coletiva.

No domínio da infraestruturização chegámos ao fim de um ciclo, sendo que em termos de grandes obras apenas estão por executar, ou em fase de execução, alguns projetos que foram suspensos e

que se justificam serem concluídos pelo investimento já feito, a que se juntam os investimentos por realizar do Programa de Reconstrução da Madeira e ainda o Novo Hospital Central da Madeira.

Relativamente ao novo Hospital – que candidataremos a Projeto de Interesse Comum, para ser financiado pelo Estado –, é nossa expectativa que possamos criar condições para que o BEI e os fundos europeus possam, na medida do necessário, co-financiar esta importante infra-estrutura.

Mas aliado ao esforço de investimento público, criteriosamente selecionado, é imprescindível fomentar o investimento privado.

Neste sentido, o Governo Regional tem vindo, de forma consistente, a promover um conjunto de apoios à iniciativa empresarial, no sentido de garantir as condições para o financiamento das empresas.

O apoio ao financiamento das pequenas e médias empresas é aliás uma das prioridades estratégicas do BEI, pelo que existe uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, competindo aos empresários responder em conformidade e com ambição, na certeza de que podem contar com o empenho do Governo Regional no apoio e incentivo às suas iniciativas.

Neste âmbito, fazemos votos para que o BPI continue na linha de frente no financiamento das pequenas e médias empresas, em parceria com o BEI.

Pela nossa dimensão e condição de região ultraperiférica, o que nos sentencia dificuldades acrescidas, impõe-se que atuemos em conjunto, unindo esforços para que possamos aceder às verbas do Plano Juncker.

Com efeito, face à dimensão dos nossos projetos, temos de apostar na constituição de plataformas de investimento, que podem congrega diversos investidores, públicos e privados, conferindo aos projetos a escala requerida para serem elegíveis ao Plano Juncker.

Da parte do Governo Regional, tudo faremos para que possamos beneficiar destes apoios, de modo a beneficiar o empreendedorismo e estimular o crescimento da nossa economia, para assim serem criados novos postos de trabalho.

Este estímulo ao investimento privado é determinante para a nossa economia, mas não é suficiente; será também necessário que a Região consiga demonstrar que tem credibilidade junto de quem nos financia.

Ao longo dos últimos três anos demos passos firmes e muito significativos nesse sentido, mas é necessário dar continuidade a esse trabalho, de forma a evitar constrangimentos no acesso futuro a financiamento público e à injeção de liquidez na nossa economia.

Os financiamentos da União Europeia, incluindo do BEI, continuarão a ser determinantes, não tenhamos dúvidas, pelo que esta iniciativa da ACIF é um importante contributo para esse objetivo.

O trabalho a desenvolver no acesso a esse financiamento e a qualidade da nossa resposta beneficiará certamente das reflexões que aqui hoje terão lugar.

Uma nota final para agradecer à ACIF por esta iniciativa, muito oportuna e atual, ficando aqui o repto para que a ACIF continue a sensibilizar os seus associados para estes novos instrumentos de financiamento que hoje estão disponíveis e que podem ajudar a dinamizar a nossa economia, criando emprego e riqueza.

Muito obrigado.

O Secretário Regional das Finanças e da Administração Pública, 20 de junho de 2016